

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL PARA AJUIZAMENTO DE NOVA AÇÃO EM CASO DE REINCIDÊNCIA DAS PRÁTICAS ILEGAIS. IMPOSIÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER OU NÃO FAZER. Evidenciando a prova produzida que a empresa estava coagindo empregados a assinar documentos irregulares, não há de se falar em desnecessidade de condenação da empresa, mesmo havendo preceito normativo que trate da ilegalidade, pois **a lei não prevê o ajuizamento de nova ação em caso de reincidência quanto às práticas ilegais, mas sim a imposição de obrigação de fazer ou não fazer, eis que a ação civil pública tem natureza preventiva, ainda que as irregularidades tenham cessado momentaneamente.** Recurso parcialmente provido.